****

**Publicado no D.O.C. São Paulo, 173, Ano 66 Sexta-feira**

**03 de Setembro de 2021**

**GABINETE DO PREFEITO**

**RICARDO NUNES**

**DECRETOS**

**DECRETO Nº 60.512, DE 2 DE SETEMBRO DE 2021**

Abre Crédito Adicional Suplementar de

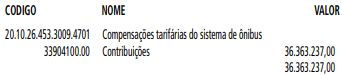
R$ 36.363.237,00 de acordo com a Lei nº

17.544, de 30 de dezembro de 2020.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, na conformidade da autorização contida na Lei nº 17.544, de 30 de dezembro de 2020, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades da Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito,

D E C R E T A :

Artigo 1º - Fica aberto crédito adicional de R$ 36.363.237,00 (trinta e seis milhões e trezentos e sessenta e três mil e duzentos e trinta e sete reais), suplementar à seguinte dotação do orçamento vigente:



Artigo 2º - A cobertura do crédito de que trata o artigo 1º far-se-á através de recursos provenientes do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, em 2 de setembro de 2021, 468º da Fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, Prefeito

GUILHERME BUENO DE CAMARGO, Secretário Municipal da Fazenda

Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 2 de setembro de 2021.

**DECRETO Nº 60.513, DE 2 DE SETEMBRO DE 2021**

Abre Crédito Adicional Suplementar de

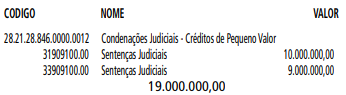
R$ 19.000.000,00 de acordo com a Lei nº

17.544, de 30 de dezembro de 2020.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, na conformidade da autorização contida na Lei nº 17.544, de 30 de dezembro de 2020, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades dos Encargos Gerais do Município,

D E C R E T A :

Artigo 1º - Fica aberto crédito adicional de R$ 19.000.000,00 (dezenove milhões de reais), suplementar às seguintes dotações do orçamento vigente:



Artigo 2º - A cobertura do crédito de que trata o artigo 1º far-se-á através de recursos provenientes do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, em 2 de setembro de 2021, 468º da Fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, Prefeito

GUILHERME BUENO DE CAMARGO, Secretário Municipal da Fazenda

Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 2 de setembro de 2021.

**DECRETO Nº 60.514, DE 2 DE SETEMBRO DE 2021**

Abre Crédito Adicional Suplementar de

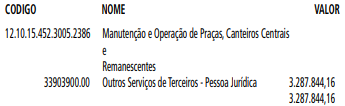
R$ 3.287.844,16 de acordo com a Lei nº

17.544, de 30 de dezembro de 2020.

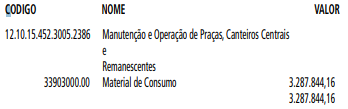
RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, na conformidade da autorização contida na Lei nº 17.544, de 30 de dezembro de 2020, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades da Secretaria Municipal das Subprefeituras,

D E C R E T A :

Artigo 1º - Fica aberto crédito adicional de R$ 3.287.844,16 (três milhões e duzentos e oitenta e sete mil e oitocentos e quarenta e quatro reais e dezesseis centavos), suplementar à seguinte dotação do orçamento vigente:



Artigo 2º - A cobertura do crédito de que trata o artigo 1º far-se-á através de recursos provenientes da anulação parcial, em igual importância, da seguinte dotação:



Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, em 2 de setembro de 2021, 468º da Fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, Prefeito

GUILHERME BUENO DE CAMARGO, Secretário Municipal da Fazenda

Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 2 de setembro de 2021.

**DECRETO Nº 60.515, DE 2 DE SETEMBRO DE 2021**

Abre Crédito Adicional Suplementar de

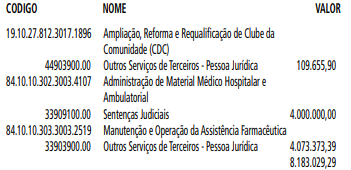
R$ 8.183.029,29 de acordo com a Lei nº

17.544, de 30 de dezembro de 2020.

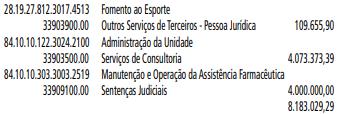
RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, na conformidade da autorização contida na Lei nº 17.544, de 30 de dezembro de 2020, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades do Fundo Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer,

D E C R E T A :

Artigo 1º - Fica aberto crédito adicional de R$ 8.183.029,29 (oito milhões e cento e oitenta e três mil e vinte e nove reais e vinte e nove centavos), suplementar às seguintes dotações do orçamento vigente:



Artigo 2º - A cobertura do crédito de que trata o artigo 1º far-se-á através de recursos provenientes da anulação parcial, em igual importância, das seguintes dotações:



Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, em 2 de setembro de 2021, 468º da Fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, Prefeito

GUILHERME BUENO DE CAMARGO, Secretário Municipal da Fazenda

Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 2 de setembro de 2021.

**DECRETO Nº 60.516, DE 2 DE SETEMBRO DE 2021**

Abre Crédito Adicional Suplementar de

R$ 140.000,00 de acordo com a Lei nº

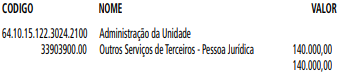
17.544, de 30 de dezembro de 2020.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, na conformidade da autorização contida na Lei nº 17.544, de 30 de dezembro de 2020, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades da Subprefeitura Itaim Paulista,

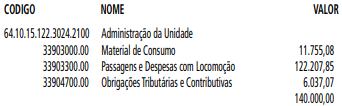
D E C R E T A :

Artigo 1º - Fica aberto crédito adicional de R$ 140.000,00

(cento e quarenta mil reais), suplementar à seguinte dotação do orçamento vigente:



Artigo 2º - A cobertura do crédito de que trata o artigo 1º far-se-á através de recursos provenientes da anulação parcial, em igual importância, das seguintes dotações:



Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, em 2 de setembro de 2021, 468º da Fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, Prefeito

GUILHERME BUENO DE CAMARGO, Secretário Municipal da Fazenda

Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 2 de setembro de 2021.

**DECRETO Nº 60.517, DE 2 DE SETEMBRO DE 2021**

Abre Crédito Adicional Suplementar de

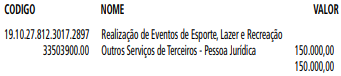
R$ 150.000,00 de acordo com a Lei nº

17.544, de 30 de dezembro de 2020.

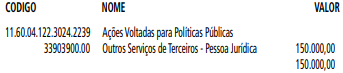
RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, na conformidade da autorização contida na Lei nº 17.544, de 30 de dezembro de 2020, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer,

D E C R E T A :

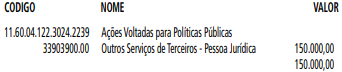
Artigo 1º - Fica aberto crédito adicional de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), suplementar à seguinte dotação do orçamento vigente:



Artigo 2º - A cobertura do crédito de que trata o artigo 1º far-se-á através de recursos provenientes da anulação parcial, em igual importância, da seguinte dotação:



Artigo 2º - A cobertura do crédito de que trata o artigo 1º far-se-á através de recursos provenientes da anulação parcial, em igual importância, da seguinte dotação:



Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, em 2 de setembro de 2021, 468º da Fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, Prefeito

GUILHERME BUENO DE CAMARGO, Secretário Municipal da Fazenda

Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 2 de setembro de 2021.

**DECRETO Nº 60.518, DE 2 DE SETEMBRO DE 2021**

Abre Crédito Adicional Suplementar de

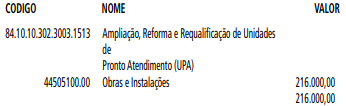
R$ 216.000,00 de acordo com a Lei nº

17.544, de 30 de dezembro de 2020.

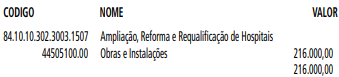
RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, na conformidade da autorização contida na Lei nº 17.544, de 30 de dezembro de 2020, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades do Fundo Municipal de Saúde,

D E C R E T A :

Artigo 1º - Fica aberto crédito adicional de R$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais), suplementar à seguinte dotação do orçamento vigente:



Artigo 2º - A cobertura do crédito de que trata o artigo 1º far-se-á através de recursos provenientes da anulação parcial, em igual importância, da seguinte dotação:



Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, em 2 de setembro de 2021, 468º da Fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, Prefeito

GUILHERME BUENO DE CAMARGO, Secretário Municipal da Fazenda

Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 2 de setembro de 2021.

**DECRETO Nº 60.519, DE 2 DE SETEMBRO DE 2021**

Abre Crédito Adicional Suplementar de R$

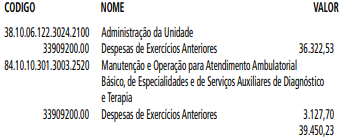
39.450,23 de acordo com a Lei nº 17.544,

de 30 de dezembro de 2020.

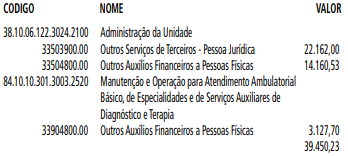
RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, na conformidade da autorização contida na Lei nº 17.544, de 30 de dezembro de 2020, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades da Secretaria Municipal de Segurança Urbana e do Fundo Municipal de Saúde,

D E C R E T A :

Artigo 1º - Fica aberto crédito adicional de R$ 39.450,23 (trinta e nove mil e quatrocentos e cinquenta reais e vinte e três centavos), suplementar às seguintes dotações do orçamento vigente:



Artigo 2º - A cobertura do crédito de que trata o artigo 1º far-se-á através de recursos provenientes da anulação parcial, em igual importância, das seguintes dotações:



Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, em 2 de setembro de 2021, 468º da Fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, Prefeito

GUILHERME BUENO DE CAMARGO, Secretário Municipal da Fazenda

Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 2 de setembro de 2021.

**SECRETARIAS**

**PORTARIA SGM 295, DE 2 DE SETEMBRO DE 2021**

**PROCESSO SEI 6068.2021/0003025-0**

**DESIGNAR PARA COMPOR O COMITÊ INTERSECRETARIAL DE INDICADORES DA CIDADE DE SÃO PAULO**.

RUBENS RIZEK JR., Secretário de Governo Municipal, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 2º, III, do

Decreto 42.060, de 29 de maio de 2002,

RESOLVE:

Art. 1º O Comitê Intersecretarial de Indicadores da Cidade de São Paulo, previsto no art. 3º do Decreto 57.087, de 24 de junho de 2016, com o objetivo de dar apoio ao Observatório de Indicadores da Cidade de São Paulo, será composto pelos seguintes membros:

I- Secretaria de Governo Municipal – SGM

Titular: Patrick Rodrigues Andrade

Suplente: Gustavo Guimarães de Campos Rabello

II- Casa Civil, do Gabinete do Prefeito – CC

Titular: Isabella Cimino Scaff

Suplente: Carla Clemente Silva

III- Secretaria Municipal da Fazenda – SF

Titular: Sandro Luis Palanca

Suplente: Letícia Cotrim de Oliveira

IV- Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência – SMPED

Titular: Renata Belluzzo Borba

Suplente: Juliana Westmann Del Poente

V- Secretaria Municipal da Saúde – SMS

Titular: Breno Souza de Aguiar

Suplente: Camila da Silva Mogliani

VI- Secretaria Municipal das Subprefeituras – SMSUB

Titular: Camila Cristina Marcos

Suplente: Thais Joyce da Silva Amorim

VII- Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento

Social – SMADS

Titular: Tomás Magalhães Andreetta

Suplente: Viviane Canecchio Ferreirinho

VIII- Secretaria Municipal de Cultura – SMC

Titular: Monica Miyuki Obara

Suplente: Aryane Manfron Serpa Rinaldi

**IX- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico,**

**Trabalho e Turismo – SMDET**

Titular: João Paulo de Brito Greco

Suplente: Mariana Corrêa Barra

X- Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

– SMDHC

Titular: Amanda Theodoro de Souza

Suplente: Matheus de Lima

XI- Secretaria Municipal de Educação – SME

Titular: Welington Moura

Suplente: Jaqueline dos Santos Morais

XII- Secretaria Municipal de Esportes e Lazer – SEME

Titular: Renata Yuri Nakamura

Suplente: Katia Campos de Araujo

XIII- Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB

Titular: Cristina Gomes Baltazar

Suplente: Jenny Zoila Baldiviezo Perez

XIV- Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras

– SIURB

Titular: Douglas de Paula D'Amaro

Suplente: Maria Carolina Landgraf Scaramelli

XV- Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia – SMIT

Titular: Denise Cristina Rodrigues Vieira

Suplente: Jorge Gustavo Pinna Rodrigues

XVI- Secretaria Municipal de Justiça – SMJ

Titular: Cleusa Guimarães

Suplente: Regina Celia da Silveira Santana

XVII- Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito – SMT

Titular: Everton da Costa Wagner

Suplente: Diego Xavier Leite

XVIII- Secretaria Municipal de Relações Internacionais –

SMRI

Titular: Ana Cristina da Cunha Wanzeler

Suplente: Wagner Luiz Taques da Rocha

XIX- Secretaria Municipal de Segurança Urbana – SMSU

Titular: Angélica Regina Rocha

Suplente: Vinicius Félix da Silva

XX- Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento

– SMUL

Titular: Marilia Araujo Roggero

Suplente: Vitor Cesar Vaneti

XXI- Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente

– SVMA

Titular: Ana Paula de Oliveira Souza

Suplente: Hélia Maria Santa Bárbara Pereira

XXII- Controladoria Geral do Município – CGM

Titular: Maria Lumena Balaben Sampaio

Suplente: Alexsandro Pereira de Almeida

XXIII- Procuradoria Geral do Município – PGM

Titular: Bianca Cristina Lira Oliveira

Suplente: Rafael Oliveira Sousa

XXIV- Prodam - PRODAM

Titular: Glauber Rodrigues da Silva

Suplente: Carolina Bracco Delgado Aguiar

Art. 2º A Coordenação do Comitê Intersecretarial de Indicadores da Cidade de São Paulo caberá à Secretaria Municipal de

Urbanismo e Licenciamento - SMUL, por meio da Coordenadoria de Produção e Análise de Informação – GEOINFO.

Art. 3º Compete ao Comitê Intersecretarial:

a) aprovar seu plano de trabalho anual e regimento interno;

b) orientar a elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de ações relacionadas a indicadores e ao Observatório de Indicadores da Cidade de São Paulo;

c) propor métodos e procedimentos para atualização, compatibilização e contínua manutenção das informações compiladas e produzidas, com o objetivo de evitar redundâncias e duplicidades na produção e manutenção de indicadores;

d) propor parcerias entre órgãos municipais e outros atores, públicos ou privados, para o fortalecimento do desenvolvimento, da implementação e da manutenção do Observatório de Indicadores da Cidade de São Paulo.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as Portarias SGM-76, de 3 de março de 2020, SGM-88, de 12 de março de 2020, SGM-138, de 15 de maio de 2020 e SGM-317, de 9 de novembro de 2020.

SECRETARIA DE GOVERNO MUNICIPAL, aos 2 de setembro de 2021.

RUBENS RIZEK JR., Secretário de Governo Municipal

**FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA**

GABINETE DIRETOR GERAL

**DESPACHO DO CHEFE DE GABINETE**

**APLICAÇÃO DE PENALIDADE**

**SEI nº8110.2021/0000597-6**

INTERESSADO: IGOR RAPAHEL GUIMARÃES SOARES.

ASSUNTO: Aquisição de Carregador para Pilha Recarregável

de uso exclusivo para os Cursos do PRONATEC. Penalidade.

Aplicação.

I – No uso das atribuições legais a mim conferidas, a vista dos elementos contidos no presente, considerando que o prazo para defesa prévia transcorreu “in albis”, bem como na manifestação conclusiva da Assessoria Jurídica (SEI 051207691), a qual adoto como razão de decidir, APLICO a penalidade a empresa IGOR RAPHAEL GUIMARAES SOARES, inscrita no CNPJ/MF sob o nº CNPJ: 30.398.587/0001-08, pela demora na entrega do objeto, conforme determina o item, 3.1 da respectiva Nota de Empenho SEI 050098364, visto o atraso de 19 (dezenove) dias na entrega de Carregador para Pilha Recarregável de uso exclusivo para os Cursos do PRONATEC, sendo que a multa contratual perfaz o valor de R$ 31,44 (trinta e um reais e quarenta e quatro centavos).

**SEI Nº 8110.2021/0000589-5**

INTERESSADO: GRÁFICA E EDITORA W2 RIO PRETO EIRELI.

ASSUNTO: Aquisição de 100 Cartões de visita, 9x5cm para cada arquivo. No total de 9 funcionários totalizando 900 cartões. 3 Banners de Lona Vinil, fosco, tamanho 0,90 x 1,20 cm, para Assessoria de Comunicação da Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura. Penalidade. Aplicação.

I – No uso das atribuições legais a mim conferidas, a vista dos elementos contidos no presente, considerando que o prazo para defesa prévia transcorreu “in albis”, bem como na manifestação conclusiva da Assessoria Jurídica (SEI 051194824), a qual adoto como razão de decidir, APLICO a penalidade a empresa GRÁFICA E EDITORA W2 RIO PRETO EIRELI ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº CNPJ: 23.120.118/0001-59, pela demora na entrega do objeto, conforme determina o item, 3 conforme determina o item 10 b do Termo de Referência SEI 034884597, visto o atraso de 6 (seis) dias na entrega de 100 Cartões de visita, 9x5cm para cada arquivo. No total de 9 funcionários totalizando 900 cartões. 3 Banners de Lona Vinil, fosco, tamanho 0,90 x 1,20 cm, para Assessoria de Comunicação da Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura. sendo que a multa contratual perfaz o valor de R$ 4,86 (quatro reais e oitenta e seis centavos).

**SEI nº 8110.2021/0000577-1**

INTERESSADO: GRÁFICA E EDITORA W2 RIO PRETO EIRELI.

ASSUNTO: Aquisição de 3 unidade de banners, tamanho 90

x 120 cm, cores 4x0, acabamento em madeira horizontal, para

Assessoria de Comunicação da Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura. Penalidade. Aplicação.

I – No uso das atribuições legais a mim conferidas, a vista dos elementos contidos no presente, considerando que o prazo para defesa prévia transcorreu “in albis”, bem como na manifestação conclusiva da Assessoria Jurídica (SEI 051170297), a qual adoto como razão de decidir, APLICO a penalidade a empresa GRÁFICA E EDITORA W2 RIO PRETO EIRELI ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº CNPJ: 23.120.118/0001-59, pela demora na entrega do objeto, conforme determina o item, 3 conforme determina o item 10 b do Termo de Referência SEI 034884597, visto o atraso de 26 (vinte e seis) dias na entrega de 3 unidade de banners, tamanho 90 x 120 cm, cores 4x0, acabamento em madeira horizontal, para Assessoria de Comunicação da Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura. Sendo que a multa contratual perfaz o valor de R$ 16,38 (dezesseis reais e trinta e oito centavos).

**DESPACHO DO CHEFE DE GABINETE**

**NOTIFICAÇÃO**

**SEI Nº 8110.2021/0000632-8**

INTERESSADO: CARMEN HISLAM SANTOS SERRAO MELO.

ASSUNTO: Aquisição de 16 unidades de cadeira de escritório com regulagem de altura, apoio de braços, pés giratórios, suporte até 110 kg para Escola Municipal de Educação Profissional e Saúde Pública Professor Makiguti. Notificação.

Possibilidade.

I – No uso das atribuições que me foram conferidas por lei, nos termos do art. 57 do Decreto 44.279/2003, que regulamentou a Lei 13.278/2002, e art. 87 da Lei 8.666/93, e ainda, com base nos demais elementos constantes do presente, em especial as informações do fiscal do contrato sob documento SEI n.º 050843678, manifestação do Núcleo de Execução Orçamentária SEI 050989274 o Parecer FUNDATEC/AJ n.º 051085404, NOTIFICO a empresa: CARMEN HISLAM SANTOS SERRAO MELO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº CNPJ: 40.793.539/0001-60, a apresentar defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, haja vista que se encontra sujeita a aplicação de penalidade por demora na entrega do objeto, conforme determina o item 3.1 da respectiva Nota de Empenho SEI 050842505, visto o atraso de 8 (oito) dias na entrega d de 16 unidades de cadeira de escritório com regulagem de altura, apoio de braços, pés giratórios, suporte até 110 kg para Escola Municipal de Educação Profissional e Saúde Pública Professor Makiguti., sendo que a multa contratual perfaz o valor de R$ 319,95 (trezentos e dezenove reais e noventa e cinco centavos).

II – Para efeito de apresentação de defesa prévia utilizar a referência Processo Administrativo nº 8110.2021/0000632-8 e efetuando o protocolo online pelos e mails ruanpmcamara@ prefeitura.sp.gov.br e pthomazini@prefeitura.sp.gov.br

**SEI nº 8110.2021/0000629-8**

INTERESSADO: HELP ASSESSORIA ADMINISTRATIVA EIRELI.

ASSUNTO: Aquisição, Item 01 Jogo de Jarra (1,2litros) com 6 copos de vidro (310 ml cada) - 03 unidades e Item 02 Jogo de 6 xícaras (entre 70 a 80 ml cada) - acompanhada de píres – 02 Unidedes. para a Escola Municipal de Educação Profissional e Saúde Pública Professor Makiguti. Notificação. Possibilidade.

I – No uso das atribuições que me foram conferidas por lei, nos termos do art. 57 do Decreto 44.279/2003, que regulamentou a Lei 13.278/2002, e art. 87 da Lei 8.666/93, e ainda, com base nos demais elementos constantes do presente, em especial as informações do fiscal do contrato sob documento SEI n.º 050772356, manifestação do Núcleo de Execução Orçamentária

SEI 050988504 o Parecer FUNDATEC/AJ n.º 051092421, NOTIFICO a empresa: HELP ASSESSORIA ADM EIRELI, inscrita no CNPJ/

MF sob o nº CNPJ: 37.101.251/0001-72, a apresentar defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, haja vista que se encontra sujeita a aplicação de penalidade por demora na entrega do objeto, conforme determina o item 3.1 da Nota de Empenho SEI 050762068, visto o atraso de 3 (três) dias na entrega de Aquisição, Item 01 Jogo de Jarra (1,2litros) com 6 copos de vidro (310 ml cada) - 03 unidades e Item 02 Jogo de 6 xícaras (entre 70 a 80 ml cada) - acompanhada de píres - 02 Unidedes. Para a Escola Municipal de Educação Profissional e Saúde Pública Professor Makiguti. Sendo que a multa contratual perfaz o valor de R$ 6,67 (seis reais e sessenta e sete centavos).

II – Para efeito de apresentação de defesa prévia utilizar a referência Processo Administrativo nº 8110.2021/0000629-8 e efetuando o protocolo online pelos e mails ruanpmcamara@ prefeitura.sp.gov.br e [pthomazini@prefeitura.sp.gov.br](mailto:pthomazini@prefeitura.sp.gov.br)

**SERVIDORES PAG. 38**

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E TURISMO**

GABINETE DA SECRETÁRIA

**DESPACHOS DO CHEFE DE GABINETE**

**6064.2021/0001256-0**

I – No exercício da competência que me foi atribuída por meio da Portaria 38/13 - SDTE, de 25 de setembro de 2013, à vista dos elementos de convicção contidos no processo em epígrafe, em observância ao Comunicado 59/2021 - SEGES/ DEF, **AUTORIZO** a alteração de férias da servidora SHEYLA **MYRIAM ANGELIM SICILIA**, RF: 747.582.9, referente ao exercício de 2021, conforme contido no documento SEI n.º 051231568.

**6064.2021/0001255-2**

I – No exercício da competência que me foi atribuída por meio da Portaria 38/13 - SDTE, de 25 de setembro de 2013, à vista dos elementos de convicção contidos no processo em epígrafe, em observância ao Comunicado 59/2021 - SEGES/DEF, **AUTORIZO** a alteração de férias da servidora **CAMILA RAMALHO DI GRASSI,** RF: 859.909.2, referente ao exercício de 2021, conforme contido no documento SEI n.º 051228184.

**6064.2021/0001261-7**

I – No exercício da competência que me foi atribuída por meio da Portaria 38/13 - SDTE, de 25 de setembro de 2013, à vista dos elementos de convicção contidos no processo em epígrafe, em observância ao Comunicado 59/2021 - SEGES/DEF, **AUTORIZO** a alteração de férias do servidor **NELITO ANGELO** **DE NOVAES,** RF: 748.219.1?, referente ao exercício de 2021, conforme contido no documento SEI n.º 051267220.

**JUSTIÇA**

**GABINETE DO SECRETÁRIO**

DESPACHOS DA SECRETÁRIA

**REPUBLICADO POR TER SAÍDO COM INCORREÇÕES NO**

**DOC DE 28/08/2021.**

**2018-0.039.869-3**

DESPACHO n.º 246/2021-SMJ.G

Em face dos elementos de convicção constantes do presente, em especial as conclusões do Departamento de Procedimentos Disciplinares – PROCED e da Procuradoria Geral do Município, que acolho como razão de decidir, aplico, no uso da competência fixada no artigo 28, inciso VII, alínea b, do Decreto 58.414/18, a pena de SUSPENSÃO por 60 (sessenta) dias ao servidor J.A.S, por infração ao artigo 178, inciso XI e XII e artigos 179, “caput”, da Lei n. 8.989/79 e artigo 2° da Lei n. 16.488/16, nos termos do artigo 186 da Lei n. 8.989/79 combinado com artigo 6º, inciso II, da Lei n. 16.488/16.

**2017-0.019.182-5**

DESPACHO n.º 256/2021-SMJ.G

Em face dos elementos de convicção constantes do presente, em especial as conclusões da Coordenadoria Geral do Consultivo – CGC e da Procuradoria Geral do Município - PGM, que acolho como razão de decidir, aplico, no uso da competência fixada no artigo 28, inciso VII, alínea “c” do Decreto 58.414/18, a pena de SUSPENSÃO por 20

(vinte) dias à servidora Lusia do Nascimento da Silva, RF. n° 728.701-1, vínculo 2, efetivo, por infração ao disposto no artigo 140, 179, inciso XI e XII e 179 “caput” da Lei n° 8.989/79, por força da atenuação estabelecida no artigo 192 da mesma lei.

**6021.2021/0007234-8**

DESPACHO n.º 257/2021-SMJ.G

Em face dos elementos de convicção constantes do presente, em especial as conclusões da Coordenadoria Geral do Consultivo - CGC e da Procuradoria Geral do Município - PGM, que acolho como razão de decidir, aplico, no uso da competência fixada no artigo 28, inciso VII, alínea c, item 2, do Decreto 58.414/18, a pena de SUSPENSÃO por 120 (cento e vinte) dias ao servidor V.M, nos termos do artigo 6º, inciso

IV da Lei n° 16.488/2016 e artigo 192 da Lei n° 8.989/79, além da frequência a curso que oriente sobre igualdade de gênero ou trate do tema específico do assédio sexual, sob pena de suspensão de sua remuneração na primeira oportunidade, nos exatos termos do art. 7º da mesma lei .

**6021.2021/0031380-9**

DESPACHO n.º 258/2021-SMJ.G

I. À vista da manifestação do Departamento de Procedimentos Disciplinares – PROCED e pela Procuradoria Geral do Município - PGM, RETIFICO o despacho nº 208/2021-SMJ.G para constar:

a) a instauração de INQUÉRITO ADMINISTRATIVO em face do servidor JOSÉ ANTÔNIO VARELA QUEIJA, RF. n°741.571.1, chefe de gabinete da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo.

II. RATIFICO todos os demais termos do despacho.

**6021.2021/0041143-6**

DESPACHO n.º 260/2021-SMJ.G

Considerando as manifestações da Procuradoria Geral do Município - PGM, em especial a justificativa da Departamento de Procedimentos Disciplinares - PROCED incumbida da instrução do feito, prorrogo por 60 (sessenta) dias o prazo para a conclusão do Inquérito Administrativo Especial objeto do Processo Administrativo nº 6021.2021/0018409-0.

**6029.2021/0010553-3**

DESPACHO n°. 261/2021– SMJ.G

No uso das atribuições que me são conferidas pelo artigo 28, inciso VII, alínea “b”, do Decreto n° 58.414/18 e à vista dos elementos de convicção constantes do presente, em especial as manifestações do Departamento de Procedimentos Disciplinares - PROCED e da Procuradoria Geral do Município - PGM, que adoto como razão de decidir, CONHEÇO o Recurso Administrativo, por tempestivo. No mérito

NEGO-LHE PROVIMENTO, ante a inexistência de argumentos, fatos ou elementos capazes de modificar a decisão impugnada, consoante à exigência da norma do artigo 176, inciso II, da Lei n 8.989/79.

**PORTARIAS DISCIPLINARES**

**PORTARIA Nº 065/2021 - SMJ.G**

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, Secretário Municipal de Justiça, à vista do que consta do processo nº 2017-0.019.182-5.

RESOL V E, no uso da competência fixada no artigo 28, inciso VII, alínea c, item 2, do Decreto 58.414/18, aplicar a pena de

SUSPENSÃO por 20 (vinte) dias à servidora Lusia do Nascimento da Silva, RF. n° 728.701-1, vínculo 2, efetivo, por infração ao disposto no artigo 140, 179, inciso XI e XII e 179

“caput” da Lei n° 8.989/79, por força da atenuação estabelecida no artigo 192 da mesma lei.

**PORTARIA Nº 067/2021 - SMJ.G**

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, Secretária Municipal de Justiça, à vista do que consta do processo nº 6021.2021/0007234-8,

RESOLVE, no uso da competência fixada no artigo 28, inciso VII, alínea c, item 2, do Decreto 58.414/18, aplicar a pena de SUSPENSÃO por 120 (cento e vinte) dias ao servidor V.M, nos termos do artigo 6º, inciso IV da Lei n° 16.488/2016 e artigo 192 da Lei n° 8.989/79, além da frequência a curso que oriente sobre igualdade de gênero ou trate do tema específico do assédio sexual, sob pena de suspensão de sua remuneração na primeira oportunidade, nos exatos termos do art. 7º da mesma lei .